

2004/05/14

A DEFESA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

Passaram-se cinco anos sobre o histórico encontro de St. Malô, entre Chirac e Blair, que pôs fim à oposição inglesa em dar à UE também uma dimensão militar. Mas nem por isso houve progressos significativos nesta área. Continuam a faltar evidências de que a muito falada Força de Reacção Rápida Europeia, com 60.000 efectivos, esteja realmente disponível para utilização.

Esperava-se, como é normal, que a declaração da sua operacionalidade, prevista para Maio de 2003, fosse precedida por exercícios que permitissem testar, por fases de crescente complexidade, os mecanismos estabelecidos para a sua activação no prazo de 60 dias. Que se saiba, nada disso foi feito nem está previsto vir a fazer-se. E, no entanto, bastava, por exemplo, aproveitar a experiência da criação da Força de Resposta da NATO, que, tendo sido apenas proposta há dois anos, na Cimeira de Praga, já vai mais adiantada para a sua total implementação em 2006, inclusivamente com um primeiro exercício realizado no final de Novembro de 2003, na Turquia, num cenário muito próximo do que tinha sido discutido pelos ministros da defesa, um mês antes, na cimeira de Colorado Springs, organizada por Rumsfeld. Da Força Europeia, na verdade, nada se sabe de concreto, não obstante alguns progressos pontuais, com a mais recente criação de alguns grupos de trabalhos para tratar de assuntos específicos.

Admitindo que existe genuína vontade política para a criação de ambas as forças, o que a firme promessa de atribuição de meios a ambas confirma inegavelmente, é caso para nos interrogarmos porque é que num caso as coisas funcionam e no outro não. É verdade que entre os europeus e os seus aliados americanos há uma diferença na postura em relação a assuntos de defesa. Entre os europeus, por exemplo, tem havido um continuado défice de investimentos para adaptar as suas forças armadas às exigências do contexto de segurança pós Guerra-Fria; tem sido também bem tradicionalmente maior a sua relutância em recorrer ao poder militar na resolução de crises e conflitos. Mas se estas circunstâncias fossem válidas para explicar o lento ritmo da criação da Força de Reacção Rápida Europeia então também a criação da Força de Resposta da NATO não estaria a andar melhor.

Tirando o caso dos EUA, apenas presente na criação da força da NATO, todos os restantes intervenientes são praticamente os mesmos em ambos os processos. Ora se os EUA nunca fizeram falta para fazer avançar o ambicioso processo de integração europeia, com criação de uma moeda única e a esperada aprovação de uma constituição para meados de Junho, não seria para este aspecto particular da criação de uma capacidade militar que a sua ausência iria impedir ou tornar mais difícil o seu desenvolvimento, mesmo tendo em conta que são o país que de longe lidera esta área.

É verdade que “política externa e defesa” foram durante muitos anos um assunto quase tabu no processo de integração europeia; a situação só se alterou a partir da cimeira de Maastricht, em 1993, em que pela primeira se inscreveu o objectivo de uma política externa comum, e do Tratado de Amesterdão, de 1 de Maio de 1999 em que se previu um Alto Representante para a Política Europeia de Segurança Comum, logo conhecido como o “senhor PESC”. O assunto é, na verdade, muito novo e como também é de natureza sensível, por poder ter a ver com a transferência para a sede da União de prerrogativas próprias dos direitos de soberania dos países membros, nada disso facilita o seu tratamento. Em muitos casos, quer na área da política externa quer na área da defesa, poderão continuar a prevalecer interesses individuais sobre interesses do conjunto. Contudo, se mesmo assim se existe uma séria vontade política para a criação de uma capacidade militar europeia, a explicação para a falta ou pelo menos para o lento avanço que o assunto tem tido não pode estar restrita a estas dificuldades. Importaria, portanto, saber onde poderão estar os obstáculos.

Na NATO, em paralelo com a estrutura de decisão política em que têm assento os chefes de estado ou de governo, ou os seus representantes, quer ao nível ministerial quer ao nível de embaixadores – sendo estes últimos os representantes permanentes – existe uma completa estrutura militar, com um órgão central de estado-maior e uma cadeia de comandos operacionais, organizada para dar execução às decisões tomadas pela estrutura política. Na UE não existe nenhum comando a quem possa ser atribuída a missão de dar execução às decisões políticas sobre questões militares; apenas existe um modesto estado-maior militar destinado a dar pareceres e emitir recomendações para o Comité Militar, de que depende, e assegurar a direcção de todas as actividades militares; o seu nível é mais estratégico do que operacional. A criação de uma Força de Reacção Rápida Europeia, pode ser assunto de estado-maior, nomeadamente do presentemente existente, enquanto

se tratar da sua concepção, da definição das bases em que deve assentar, do estabelecimento dos requisitos a que deve obedecer em função do mandato político e de outros aspectos genéricos; porém, para entrar numa fase de execução – a da concretização prática da própria força – exige-se um comando devidamente mandatado para se encarregar dessa tarefa.

O assunto é, com certeza, conhecido de todos os decisores no âmbito da UE; estes, porém, também sabem que a criação duma estrutura de comando militar na União Europeia, muito mais do que um problema de dispendiosa duplicação de meios – que apesar de tudo não seria difícil comportar – é principalmente uma iniciativa que, a prazo mais ou menos curto, entra em competição e põe em causa a existência da própria NATO. E embora ninguém levante a voz a defender que a NATO poderá estar a tornar-se dispensável, bem muito pelo contrário, os que continuam a insistir na criação de um comando europeu não podem deixar de saber que é para esse fim que estão a contribuir. Por isso, todos aqueles que acima de tudo pretendem preservar a Aliança Atlântica, liderados no campo europeu pelo Reino Unido, têm procurado convencer que uma célula de planeamento civil-militar é suficiente e, acima de tudo, uma boa alternativa à criação do comando proposto, pelos belgas, para Trevuren, porque a estrutura de planeamento da NATO estará disponível para utilização pela UE.

Não julgo que alguém acredite que essa medida vá alterar o actual estado de coisas e ter qualquer impacto na evolução da criação da Força de Reacção Europeia; mas para já foi o máximo que se pôde fazer para manter o Reino Unido dentro do processo e evitar novas dificuldades ao diálogo transatlântico que tanto sofreu no passado recente com o problema da invasão do Iraque. Por isso se estabeleceu um consenso entre os três grandes (Reino Unido, França e Alemanha) para a criação de uma célula de planeamento, mesmo sabendo-se que, não havendo ainda nenhum conjunto coerente de forças disponíveis nem muito menos organizadas para a execução de tarefas do tipo de Petersberg, a prioridade com que se debate a UE é o de criar essas forças e não a de arranjar forma de planeamento de operações militares. Para o 1º objectivo, a célula de planeamento em nada pode contribuir; para o 2º pouco mais pode oferecer do que fazer de elemento de ligação entre a UE e a NATO e controlar o planeamento que o estado-maior desta fizer em nome da UE. A solução não é obviamente boa; pode parecer fazer sentido em termos políticos mas será difícil que funcione em termos militares. Só que para já não se apresentam outras alternativas que sejam simultaneamente “NATO friendly” pois já vimos que a de um quartel-general europeu não obedece a este segundo critério.

Alguns dizem que depois dos desentendimentos europeus sobre a crise do Iraque, pondo a nu pontos de vista muito diferentes sobre a forma de encarar os laços transatlânticos, pouco há a esperar sobre as possibilidades de estabelecimento de uma política externa comum. Não obstante esta circunstância, existe hoje uma dinâmica mais favorável a avanços substantivos na área da política comum de segurança e defesa, com os europeus a terem já concluído que a democracia e prosperidade que alcançaram não são ainda sinónimo de segurança nem de estabilidade. O documento de Solana sobre a estratégia de segurança europeia – Uma Europa Segura num Mundo Melhor – forneceu a base conceptual para esse princípio de viragem; os atentados de Madrid a 11 de Março despoletaram as consciências para a necessidade de uma postura mais activa nessa área. Por outro lado, algumas novas disposições sobre a execução da Política Comum de Segurança e Defesa, tal como previstas no projecto de constituição, a tentativamente aprovar em Junho, têm potencial suficiente para ajudar a dinamizar o processo. A começar pela criação, já acordada, da Agência Europeia de Armamentos, Investigação e Capacidades Militares, que terá por principal tarefa identificar necessidades operacionais e promover medidas para as satisfazer e, complementarmente, o conceito de “cooperação estruturada”, à volta de um grupo de vanguarda que mobilizará o reforço das capacidades militares. Esta nova ideia pode ajudar a que se criem e organizem os meios que ainda faltam e corrigir o facto de a definição do Headline Goal europeu se ter centrado muito na vertente quantitativa da força. Recorde-se que no processo de criação da força da NATO se procurou um maior equilíbrio entre o aspecto quantitativo – que nesse caso é menos exigente, ficando-se pelo nível dos 20.000 efectivos – e a vertente qualitativa que passou a exigir uma certificação da prontidão e requisitos operacionais dos meios a atribuir. Sendo este o caminho que parece recomendável estão à vista novas hipóteses de progredir na construção de uma capacidade militar europeia. Mas, mais tarde ou mais cedo, vai ser necessário voltar à questão da criação de um comando europeu no âmbito da UE.

41 TEXTOS RELACIONADOS:

2011/10/14

A NATO E A PCSD DA UE, NO PÓS LÍBIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/03/20

O DESTINO DE KHADAFI E A SEGURANÇA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/12/19

A UE E O FUTURO DA COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/09

A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EUROPA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/07/09

A INTERVENÇÃO MILITAR DA OTAN NA JUGOSLÁVIA[1]

Carlos Ruiz Ferreira[2] (Brasil)

2010/03/15

AS RELAÇÕES NATO/UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/04/07

A SOLUÇÃO POLÍTICA PARA O AFGANISTÃO E A UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/04/02

A REFORMA DA SEGURANÇA E DA DEFESA NA GUINÉ-BISSAU – O APOIO DA UNIÃO EUROPEIA

Luís Marquês Saraiva[1]

2009/03/31

REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA – UM PERFIL MILITAR PÓS-MODERNO[1]

Luís Marquês Saraiva[2]

2009/03/25

A CIMEIRA DOS 60 ANOS DA NATO E A UNIÃO EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/07

ESDP IN STRATEGIC NEIGHBOURHOODS: PROMISES OF STABILITY THROUGH INTERNATIONAL MILITARY COOPERATION

Sandra Fernandes e Luís Saraiva

2008/07/28

O KOSOVO E A PRISÃO DE RADOVAN KARADZIC

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/20

O IMPASSE IRANIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/14

A “NOVA” RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/09

A CIMEIRA DE BUCARESTE E O “ALARGAMENTO” DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/25

O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/12

A INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO: UMA PERDA ESTRATÉGICA PARA A EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/01

QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTE?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/02

AS IMPLICAÇÕES DO SISTEMA NORTE-AMERICANO DE DEFESA ANTIMÍSSIL PARA A EUROPA

Joana Gonçalves, Milena Batista, Sofia Alves e Tiago Maurício

2007/11/30

KOSOVO: A ATRACÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/17

UCRÂNIA. ELEIÇÕES DENTRO DE DUAS SEMANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/26

DE UMA FORMA OU DE OUTRA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/02

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA LITUÂNIA

Daniela Siqueira Gomes[i]

2007/06/25

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/25

A HERANÇA ALEMÃ PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/19

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA: RESPONSABILIDADE DA NATO?[1]

Alexandre reis Rodrigues

2007/04/19

THE TALIBAN THREAT IS NOT JUST AMERICA'S BURDEN[1]

Robert Hunter[2]

2007/04/01

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/02/20

UMA PARCERIA COM A RÚSSIA. É POSSÍVEL PARA O CURTO PRAZO?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/01/20

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (III PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/19

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOEPOLÍTICAS (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/18

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (I PARTE)[1]

João Brandão Ferreira

2006/04/27

A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/04/06

A SEXTA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

João Brandão Ferreira

2005/07/17

A PRESIDÊNCIA BRITÂNICA DA UNIÃO EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/10/29

A AGÊNCIA EUROPEIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA E A AUTORIDADE DO ESTADO NO MAR [1]

Francisco Duarte Lima

2004/10/12

UMA NOVA DOCTRINA DE SEGURANÇA PARA A EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/03/21

A TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA

João Vieira Borges

2004/02/23

SEGURANÇA E DEFESA NA UNIÃO EUROPEIA; DO DESCONHECIMENTO À PROSPECTIVA

João Vieira Borges

2004/02/19

A UE E A RÚSSIA

António Silva Ribeiro

2003/09/30

PORTUGAL E A ZEE DA UNIÃO EUROPEIA

João Vieira Borges